



ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

4º Concurso Público para provimento de Cargos Iniciais da Carreira de
Procurador do Estado - Símbolo PE - I

Opcao de Cargo A01, Tipo 1
000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno de prova contém um total de 100 questões, numeradas de 1 a 100. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Fevereiro/2004

DIREITO CONSTITUCIONAL	
<p>1. Admitindo-se que a concepção formal de Constituição implica a existência de um núcleo mínimo de matéria constitucional, é possível concluir-se que</p> <p>(A) toda a matéria constitucional está contida numa Constituição formal.</p> <p>(B) toda Constituição escrita deve conter um conjunto de normas materialmente constitucionais.</p> <p>(C) não existem, numa Constituição escrita, normas apenas formalmente constitucionais.</p> <p>(D) é somente pela forma que se identifica a matéria constitucional.</p> <p>(E) toda matéria constitucional se identifica necessariamente pelo conteúdo e pela forma.</p>	<p>6. Ante a jurisprudência e a legislação vigentes no Brasil, lei inconstitucional</p> <p>(A) é sempre nula e não pode produzir nenhum efeito válido.</p> <p>(B) pode produzir efeitos válidos e <i>ex tunc</i>, mediante decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em controle concentrado de constitucionalidade.</p> <p>(C) é sempre anulável, podendo ou não produzir efeitos válidos segundo decisão proferida em sede de controle difuso de constitucionalidade.</p> <p>(D) é nula e só pode produzir efeitos <i>ex nunc</i> consoante decisão do Poder Judiciário, proferida em caso concreto.</p> <p>(E) é nula ou anulável, podendo produzir, tanto no controle difuso como no concentrado, efeitos <i>ex nunc</i>, <i>ex tunc</i> ou diferidos.</p>
<p>2. Em ocorrendo colisão de direitos fundamentais consagrados por normas constitucionais de eficácia plena, não sujeitos, portanto, a restrições legais, o intérprete constitucional poderá adotar, para solução de caso concreto, o princípio da</p> <p>(A) ponderação de interesses.</p> <p>(B) interpretação adequada.</p> <p>(C) congruência.</p> <p>(D) relativização dos direitos fundamentais.</p> <p>(E) interpretação conforme a Constituição.</p>	<p>7. Perante a Constituição brasileira em vigor, a legislação pertinente e a doutrina, o controle de constitucionalidade no Brasil</p> <p>(A) é misto, com tendência de intensificação do modelo concentrado de controle.</p> <p>(B) adota unicamente o modelo do “judicial review”, de origem na decisão da Corte Suprema dos EUA, proferida em 1803.</p> <p>(C) segue, com exclusividade, a linha do modelo kelseniano, introduzido na Constituição da Áustria, de 1920.</p> <p>(D) segue o chamado modelo francês, que adota o sistema de controle jurisdicional preventivo.</p> <p>(E) é misto, com absoluta equivalência entre o sistemas de controle difuso e concentrado.</p>
<p>3. No ordenamento jurídico brasileiro, segundo o princípio da hierarquia normativa</p> <p>(A) o regulamento autônomo federal tem prevalência sobre a lei ordinária estadual.</p> <p>(B) a lei ordinária formal tem preeminência sobre a lei delegada e a medida provisória.</p> <p>(C) a medida provisória tem prevalência sobre leis ordinárias federais e estaduais e, em princípio, pode revogá-las.</p> <p>(D) a lei ordinária, a lei delegada e a medida provisória têm igual hierarquia, pelo que, em princípio, podem revogar-se reciprocamente.</p> <p>(E) a lei ordinária estadual é necessariamente superior à lei ordinária municipal.</p>	<p>8. Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a legislação em vigor, são partes legítimas para propor a ação direta de inconstitucionalidade, desde que observado o requisito da pertinência temática,</p> <p>(A) partido político e o Governador do Distrito Federal.</p> <p>(B) o Presidente da República e o Governador do Estado.</p> <p>(C) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional e o Governador do Distrito Federal.</p> <p>(D) a Mesa da Assembléia Legislativa Distrital e a Mesa da Câmara dos Deputados.</p> <p>(E) a Mesa do Senado Federal e a Mesa da Câmara dos Deputados.</p>
<p>4. Nova Constituição determina expressamente que uma lei ordinária anterior continuará a produzir efeitos pelo prazo de 180 dias. Trata-se do fenômeno da recepção formal e tal lei poderá ser revogada</p> <p>(A) por decreto regulamentar, se a matéria da lei ordinária for própria de regulamento.</p> <p>(B) somente por emenda constitucional.</p> <p>(C) em qualquer tempo, independente de modificação formal da norma constitucional de recepção.</p> <p>(D) mediante lei complementar, em qualquer tempo, se a matéria nela versada for constitucionalmente atribuída à lei complementar.</p> <p>(E) por lei ordinária somente após o decurso do prazo fixado pela Constituição.</p>	<p>9. No presidencialismo clássico brasileiro, que adotou o princípio da separação de poderes segundo a formulação de Montesquieu, constitui função atípica</p> <p>(A) a expedição de Regimento Interno próprio pelo órgão supremo do Poder Judiciário.</p> <p>(B) o controle recíproco entre os poderes.</p> <p>(C) a investigação parlamentar por intermédio de Comissão Parlamentar de Inquérito.</p> <p>(D) a sanção presidencial dos projetos de lei.</p> <p>(E) a convocação de Ministro de Estado para prestar depoimento perante o Poder Legislativo.</p>
<p>5. Segundo a doutrina, a chamada teoria liberal dos direitos fundamentais tem como raízes filosóficas e jurídicas</p> <p>(A) as doutrinas socialistas do século XIX.</p> <p>(B) a doutrina social da Igreja.</p> <p>(C) as doutrinas do contrato social e os princípios do direito natural positivados em Constituição.</p> <p>(D) a noção de Estado como criador da liberdade.</p> <p>(E) as doutrinas sobre solidariedade e internacionalização dos direitos humanos.</p>	

<p>10. A publicidade dos atos processuais é direito fundamental</p> <p>(A) mas pode ser restringida, no caso concreto, quando for do interesse das partes.</p> <p>(B) cabendo exclusivamente ao juiz, no uso de seu livre discernimento, restringi-la ou não.</p> <p>(C) e sua dispensa independe de reserva legal.</p> <p>(D) e só pode ser restringida mediante prévia previsão legal fundada na defesa da intimidade, no interesse social ou no interesse público.</p> <p>(E) e não pode ser restringida em qualquer caso.</p>	<p>15. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, lei e ato normativo, contrários a norma da Constituição estadual que reproduz norma constitucional federal, podem fundamentar propositura de</p> <p>(A) exclusivamente ação declaratória de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado.</p> <p>(B) ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, exclusivamente.</p> <p>(C) arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Tribunal de Justiça do Estado ou o Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado, admitido, se for o caso, o recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal ou o Tribunal de Justiça do Estado, indistinta e concomitantemente.</p>
<p>11. A prática do racismo constitui crime</p> <p>(A) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei, acarretando a suspensão de direitos políticos se houver condenação criminal transitada em julgado.</p> <p>(B) hediondo e insuscetível de graça ou anistia, e acarretará a cassação de direitos políticos, se assim determinar a decisão condenatória.</p> <p>(C) inafiançável e imprescritível, se assim for definido por lei, e acarretará, sempre, a perda de direitos políticos.</p> <p>(D) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão ou detenção, nos termos da lei, e poderá acarretar a suspensão de direitos políticos nos casos previstos em lei.</p> <p>(E) inafiançável, imprescritível e hediondo, e acarretará, conforme o caso, a cassação ou a suspensão de direitos políticos.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>16. A edição de um Decreto, pelo Chefe do Poder Executivo, que delimite área geográfica abrangida por isenção tributária concedida de forma geral, por meio de lei, a determinada categoria de produtos, cuja produção é desenvolvida em nível nacional,</p> <p>(A) é constitucional, sendo manifestação legítima do Poder Normativo Administrativo, cuja titularidade é exercida pelo Chefe do Poder Executivo.</p> <p>(B) é inconstitucional, na medida em que Decretos Regulamentares dependem de aprovação do Congresso Nacional.</p> <p>(C) é inconstitucional porque exorbita o poder regulamentar e pode ser, tal Decreto, sustado pelo Congresso Nacional, bem como pode ser declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) é constitucional desde que se refira a tributo de competência da pessoa política cujo chefe do Poder Executivo restringiu a aplicação do benefício.</p> <p>(E) é inconstitucional, e pode tal Decreto ser sustado pelo Congresso Nacional, mas não se submete a controle concentrado de constitucionalidade pelo Poder Judiciário.</p>
<p>12. Ministro de Estado nega pedido de certidão de atos relativos a um procedimento de licitação pública, solicitado por entidade sindical para fundamentar ação civil pública. Contra o ato denegatório caberá</p> <p>(A) mandado de injunção perante o Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) mandado de segurança individual perante o Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) mandado de injunção perante juiz de primeiro grau.</p> <p>(D) mandado de segurança coletivo perante o Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) <i>habeas data</i> perante o Supremo Tribunal Federal.</p>	
<p>13. O Vice-Governador do Estado tem direito a subsídio que será fixado</p> <p>(A) por decreto legislativo, nos termos da Constituição do Estado.</p> <p>(B) por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, consoante determina exclusivamente a Constituição do Estado, por se tratar de matéria de competência privativa do Estado.</p> <p>(C) por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, consoante determinação impositiva da Constituição Federal, incorporada à Constituição do Estado.</p> <p>(D) diretamente pela Constituição Federal, independentemente de legislação estadual.</p> <p>(E) pelo próprio Poder Executivo, em observância ao princípio da separação de poderes.</p>	<p>17. Em relação às entidades que integram a Administração Indireta, é correto afirmar que</p> <p>(A) a autarquia é pessoa jurídica de direito público, à qual aplica-se integralmente o regime jurídico de direito público, sendo, portanto, pessoa pública política e administrativa.</p> <p>(B) a autarquia submete-se integralmente ao regime jurídico público, mas como possui poder de auto-administração, não se submete a controle da Administração, somente do Poder Judiciário.</p> <p>(C) as autarquias ditas agências reguladoras assim se denominam em razão da impossibilidade de revisão judicial de suas decisões acerca de conflitos entre aqueles que se submetem à sua gestão.</p> <p>(D) as autarquias de regime especial, ainda que qualificadas como agências executivas, necessariamente submetem-se às regras gerais de dispensa de licitação estabelecidas pela Lei nº 8.666/93, inclusive quanto a limites de valor.</p> <p>(E) a qualificação de agência executiva autoriza dispensa de licitação para contratações de valor superior à regra geral, ainda que o contrato de gestão que confere aquela qualidade à pessoa jurídica em questão tenha sido celebrado com fundação ou autarquia preexistentes.</p>
<p>14. Segundo expressamente previsto na Constituição brasileira, a legislação sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente é de competência</p> <p>(A) exclusiva dos Municípios.</p> <p>(B) privativa da União.</p> <p>(C) exclusiva do Estado.</p> <p>(D) comum, entre a União, Estados, Municípios e Distrito Federal.</p> <p>(E) concorrente, entre a União e o Estado.</p>	

<p>18. Por ato de autoridade competente foi proibida a comercialização, pelo prazo de 2 (dois) meses, de produtos derivados de leite de vaca que tivessem sido produzidos em uma cidade do Estado de Pernambuco, em função da constatação da presença, no leite, de uma toxina patológica causada pela ingestão de um medicamento ministrado nos animais, prática que estava, contudo, devidamente autorizada pelos órgãos estatais competentes. Nesta situação os produtores dos derivados cuja comercialização foi proibida</p> <p>(A) têm direito a receber indenização do Estado, com fundamento no art. 37, §6º, da Constituição Federal, desde que demonstrem a ocorrência de danos concretos, de modo a evitar que apenas alguns particulares suportem os prejuízos ocorridos em função de medida tomada no interesse comum.</p> <p>(B) não têm direito ao recebimento de qualquer indenização, em razão da licitude e imperiosidade da medida, o que afasta a aplicação da norma do art. 37, §6º, da Constituição Federal.</p> <p>(C) não têm direito ao recebimento de qualquer indenização, pois é dever constitucional do Estado zelar pela saúde pública, de forma que, em observância ao princípio da supremacia do interesse público, é legal o sacrifício dos interesses dos particulares.</p> <p>(D) possuem direito líquido e certo de comercializar os derivados de leite de vaca, cuja produção foi devidamente autorizada pelos órgãos competentes, podendo, para tanto, impetrar mandado de segurança.</p> <p>(E) podem recorrer à via da ação direta de inconstitucionalidade em relação ao ato normativo que veiculou a proibição em questão, sendo descabida indenização, em face da natureza difusa do interesse tutelado.</p>	<p>21. A prática de ato, por funcionário público, que configure ilícito penal e infração administrativa punível com demissão enseja processo administrativo disciplinar</p> <p>(A) que somente pode ser instaurado após recebimento da denúncia no processo criminal.</p> <p>(B) que é imediatamente arquivado caso ocorra a prescrição da pretensão punitiva na esfera criminal.</p> <p>(C) que tramita em separado da ação penal, esta que influi na esfera administrativa em determinados casos, como na hipótese de negativa de autoria do fato que também tenha configurado infração administrativa.</p> <p>(D) instaurado em apartado do inquérito e ação penal correspondente, com trâmite regular até edição do relatório, ficando somente a decisão daquele condicionada à solução proferida na esfera criminal.</p> <p>(E) instaurado nos mesmos autos com o inquérito para apuração do ilícito penal, razão pela qual aquele processo adere ao rigoroso formalismo do processo judicial criminal.</p>
<p>19. A falência de empresa concessionária de serviço público acarreta a</p> <p>(A) extinção da concessão e a adjudicação do objeto da licitação ao segundo colocado no certame, independentemente do tempo decorrido desde a sua realização.</p> <p>(B) extinção da concessão e a reversão dos bens afetados ao poder concedente, integrando a massa falida somente os bens remanescentes.</p> <p>(C) extinção da concessão somente se a massa falida não tiver condições de prosseguir com a prestação do serviço, em face do princípio da continuidade do serviço público.</p> <p>(D) extinção da concessão e a arrecadação dos bens afetados pela massa falida, em face da prevalência do juízo universal da falência.</p> <p>(E) continuidade da prestação do serviço público, com anuência do Poder Público, por um dos credores da massa falida, desde que possível materialmente, observada a preferência legal entre os mesmos, excluídos os quirografários.</p>	<p>22. Determinada empresa contratada, mediante processo licitatório, para fornecimento de medicamentos ao Estado vê-se inopinadamente prejudicada financeiramente por desvalorização cambial de grande monta, esta que elevou o custo de um componente do medicamento para valor superior ao preço individual contratado pelo fornecimento. Considerando-se este caso concreto é correto afirmar que</p> <p>(A) não há possibilidade da revisão contratual, tendo em vista que a desvalorização cambial é evento previsível, afastando a teoria da imprevisão para o presente caso.</p> <p>(B) a possibilidade de revisão deste contrato administrativo é poder exclusivo da Administração, que não tem interesse na revisão da avença porque foi beneficiada pelo preço ajustado.</p> <p>(C) ocorre a rescisão contratual, vez que a revisão dos valores sob o fundamento de desequilíbrio econômico exigiria nova realização de certame.</p> <p>(D) há possibilidade de revisão do contrato, mas somente quando da renovação, sendo que o contratado não pode interromper o fornecimento.</p> <p>(E) há possibilidade de revisão do contrato pelas partes, ainda que a desvalorização cambial seja tida como ato previsível, mas inevitável, posto que suas conseqüências eram imprevisíveis.</p>
<p>20. O Procurador do Estado de Pernambuco que se valer do cargo para obtenção de vantagem ilícita comete ato de improbidade, punível com pena de</p> <p>(A) expulsão, mediante instauração de sindicância, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.</p> <p>(B) demissão, mediante instauração de processo administrativo disciplinar sumário.</p> <p>(C) expulsão, sendo necessário, para tanto, processo judicial.</p> <p>(D) demissão, mediante instauração de processo administrativo disciplinar, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.</p> <p>(E) cassação de vencimentos por prazo determinado e, na reincidência, expulsão por meio de processo administrativo disciplinar sumário.</p>	<p>23. As organizações sociais, disciplinadas pela Lei nº 9.637/98 na esfera federal são aquelas assim declaradas como pessoas jurídicas de direito</p> <p>(A) público ou privado, prestadoras de serviço público, que se submetem integralmente ao regime de direito público.</p> <p>(B) privado, com fins lucrativos, que desempenham serviços públicos não exclusivos do Estado e submetem-se a regime jurídico de direito privado.</p> <p>(C) privado, com ou sem fins lucrativos, que recebem incentivos materiais e financeiros do Poder Público para desenvolvimento de atividade social e que, portanto, submetem-se integralmente à obrigação legal de licitar no decorrer de suas atividades.</p> <p>(D) privado, sem fins lucrativos, que celebram contrato de gestão com o Poder Público para obtenção de recursos orçamentários e desenvolvem serviços sociais não exclusivos do Estado, podendo estar dispensadas de licitar no decorrer do exercício de suas atividades.</p> <p>(E) público ou privado, destinatárias de fomento do Poder Público para desenvolvimento de serviços públicos ou atividades sociais, que se submetem a regime jurídico de direito público ou privado, conforme, respectivamente, devam ou não licitar.</p>

24. Um professor de escola estadual de determinada categoria impetrou mandado de segurança contra ato do Dirigente de Ensino que lhe indeferiu requerimento administrativo por meio do qual pleiteava o reconhecimento do direito ao recebimento de gratificação concedida por Resolução da Secretaria da Educação para professores integrantes de outra categoria. No mandado de segurança foi formulado pedido de desfazimento do ato de indeferimento e, em consequência, concessão da gratificação. Nesta hipótese
- (A) é cabível mandado de segurança, vedada, contudo, a concessão de liminar em virtude de tratar-se de extensão de vantagem a servidor, sendo que a concessão da segurança autoriza execução nos próprios autos das verbas posteriores ao ajuizamento, nos termos da Lei nº 5.021/66.
- (B) não é cabível a impetração de mandado de segurança porque, em verdade, estar-se-ia impugnando lei em tese, o que é vedado pela súmula 266 do Supremo Tribunal Federal.
- (C) o recebimento dos valores devidos, ainda que referentes a período posterior ao ajuizamento da demanda e, independentemente da prévia concessão de medida liminar, exige o ajuizamento de outra ação ou de pedido administrativo, vez que a sentença do mandado de segurança tem natureza mandamental.
- (D) não é cabível mandado de segurança porque não é permitido ao Poder Judiciário, sob pena de ofensa à Independência dos Poderes, imiscuir-se na análise de ato administrativo discricionário.
- (E) é cabível a concessão de liminar para deferir desde logo a gratificação, evitando prejuízos ao impetrante, que poderá devolver a verba se, ao final, sucumbir.
25. A Secretaria Estadual de Cultura pretende incentivar o hábito da leitura junto às populações carentes, desprovidas de condições financeiras para aquisição de livros, cedendo bibliotecas às associações de bairro, sem fins lucrativos, regular e legalmente constituídas, que atuam na área de educação e cultura. O projeto faz parte do plano de governo para fomento da educação. Para tanto, Poder Público e associação
- (A) celebrarão contrato administrativo para prestação de serviços, com dispensa de licitação.
- (B) firmarão convênio para mútua colaboração, por meio do qual se promove a transferência do acervo literário e se disciplina a utilização da mão-de-obra já existente.
- (C) celebrarão contrato de permissão de uso, mediante realização de licitação com as diversas associações existentes em cada bairro.
- (D) providenciarão a transformação da associação em questão em fundação pública, a fim de que seja autorizado o repasse de verbas.
- (E) firmarão consórcio, disciplinando a execução do plano de fomento da educação mediante mútua colaboração das partes.
26. Determinada associação, pessoa jurídica de direito privado, solicitou à Administração a permissão de uso de uma praça localizada em um bairro estritamente residencial, para fins de exibição de um coral natalino formado por 30 (trinta) crianças carentes, mantidas pela entidade. Posteriormente, soube-se que a finalidade do evento havia sido alterada para exibição de bandas de rock, o que atrairia cerca de 2.000 (duas mil) pessoas ao local. Em relação ao bem público em questão a Administração deve
- (A) obrigar a associação a manter a exibição do coral, em face das obrigações decorrentes da permissão anteriormente concedida.
- (B) revogar a permissão concedida, porque precária, vez que o permissionário obrigou-se à utilização do bem para fim predeterminado.
- (C) ajuizar medida cautelar para obtenção da revogação da permissão concedida, em virtude do desvio de destinação do bem.
- (D) rescindir o contrato de permissão, devido ao descumprimento das obrigações contraídas pelo permissionário.
- (E) transferir o evento marcado para outro local, mais compatível, porque o permissionário tem direito subjetivo à realização do evento, oriundo da celebração do contrato.
27. Um funcionário público aposentado por tempo de serviço com proventos integrais é posteriormente nomeado para exercício de cargo efetivo dentro da mesma pessoa política à qual estava subordinado, para desempenho das mesmas atividades. Nesta situação, de acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, a acumulação dos proventos da inatividade com os vencimentos da atividade
- (A) não é possível, porque os cargos não eram acumuláveis na ativa e, portanto, não podem sê-lo na inatividade.
- (B) é possível, vez que a proibição constitucional refere-se à acumulação de cargos, nada dispondo sobre acumulação de remuneração.
- (C) é possível, posto que a vedação constitucional refere-se apenas à acumulação de cargo com emprego ou função.
- (D) não é possível, porque a aposentadoria não se deu com base nos vencimentos proporcionais e sim integrais.
- (E) é possível, pois a vedação de acumulação de cargos efetivos restringe-se à ativa, devendo apenas ser respeitado o teto máximo salarial em vigor para a categoria.
28. Um imóvel, de 500 m², onde funcionava um posto de gasolina foi desapropriado para alargamento de uma estrada, restando ao proprietário área de 50 m² beirando o acostamento da rodovia. O proprietário
- (A) deverá ajuizar ação de desapropriação indireta, buscando indenização pela área remanescente de 50 m², que restou inutilizável.
- (B) poderá contestar a ação de desapropriação, questionando o cabimento da medida.
- (C) poderá invocar, em contestação, direito de extensão, pretendendo a inclusão dos 50 m² remanescentes na área expropriada, porque a área restou economicamente inaproveitável.
- (D) poderá pleitear a inclusão da área de 50 m² no preço da indenização, remanescendo com a propriedade da mesma.
- (E) não terá êxito em eventual demanda judicial proposta, vez que, não havendo fundamento legal para questionar judicialmente os motivos da desapropriação, não há como pretender discutir a dimensão da área desapropriada.

29. Determinado ato administrativo foi editado visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência, o que enseja
- (A) nulidade, cuja declaração pode ser pleiteada por meio de Ação Popular, a ser ajuizada pelo Ministério Público, ainda que não tenha havido lesividade ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
 - (B) nulidade, passível de convalidação do ato pela retificação do mesmo, mesmo que tenha havido lesividade ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
 - (C) nulidade somente no que concerne às consequências do desvio de poder, quais sejam lesividade ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, não afetando a validade do ato em si.
 - (D) nulidade, ainda que não haja desvio de finalidade, desde que o ato tenha sido lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
 - (E) nulidade por desvio de finalidade, que pode ser invocada em Ação Popular, que visa a anular o ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

30. A exploração de atividade econômica pelo Estado
- (A) assim como a prestação de serviços públicos, submete-se ao regime-jurídico-administrativo, vez que este regime aplica-se sempre que o Estado for o titular da prestação.
 - (B) também constitui prestação de serviço público de caráter não exclusivo do Estado, vez que pode ser desenvolvido por particulares.
 - (C) submete-se ao regime-jurídico-administrativo, pois trata-se de manifestação do poder de polícia do Estado.
 - (D) submete-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas e configura-se intervenção do Estado no domínio econômico, excepcional mas constitucionalmente permitida.
 - (E) submete-se ao regime jurídico predominantemente de direito privado, mas só pode ser prestada pelo Estado na ausência do desenvolvimento da atividade por particulares.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Nas questões de números 31 a 45 poderão ser utilizadas as seguintes siglas:

- ICMS: imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
- IPVA: imposto sobre propriedade de veículos automotores
- ICD: imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação
- AIR: imposto adicional sobre imposto de renda
- IR: imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza
- IPI: imposto sobre produtos industrializados
- CONFAZ: Conselho Nacional de Política Fazendária

31. É correto afirmar que
- (A) a competência legislativa dos Estados para instituir o IPVA depende da prévia edição de lei complementar, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal.
 - (B) a competência legislativa dos Estados, em matéria tributária, é residual, podendo instituir outros impostos, além dos já previstos na Constituição Federal, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos nela discriminados.
 - (C) é vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais a contribuintes hipossuficientes.
 - (D) existindo norma geral da União, é vedado aos Estados legislar supletivamente em matéria tributária.
 - (E) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão sua competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

32. Considerando as normas constitucionais em vigor, é correto afirmar que
- (A) o Estado de Pernambuco é imune a taxas instituídas pelo Município de Olinda.
 - (B) os Estados podem instituir o ICMS, o IPVA, o ICD e o AIR.
 - (C) o ICMS poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
 - (D) as taxas não podem ter a mesma base de cálculo dos impostos, exceto se instituídas em razão do poder de polícia ou devido à utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (E) compete ao CONFAZ estabelecer as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações internas e interestaduais.

33. Para conceder isenção do ICMS, é necessária
- (A) a prévia celebração de convênio autorizativo pelos Estados.
 - (B) somente a edição de lei estadual específica.
 - (C) a edição de lei complementar.
 - (D) a edição de resolução do Senado Federal.
 - (E) somente a edição de decreto pelo Poder Executivo Estadual.

34. Assinale a afirmação correta.
- (A) É vedado aos Estados estabelecer o regime de substituição tributária para o ICMS, visto que o imposto é inexigível antes da ocorrência do fato gerador.
 - (B) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, por meio de convênio, nas operações relativas ao ICMS, as alíquotas internas não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais.
 - (C) É vedado à lei complementar estabelecer que o valor do ICMS integre a sua base de cálculo, inclusive na importação de bens, mercadorias e serviços do exterior.
 - (D) Nas operações interestaduais, o ICMS é devido integralmente ao Estado onde se localizar o destinatário da mercadoria.
 - (E) Compete à lei estadual estabelecer a alíquota interna do ICMS, sem qualquer limitação.

<p>35. Considerando as normas constitucionais em vigor, a Lei Complementar nº 87/96 e suas posteriores modificações, analise as seguintes afirmativas sobre o ICMS.</p> <p>I. Nas operações interestaduais, não há direito ao crédito relativo ao imposto cobrado nas etapas anteriores da cadeia econômica.</p> <p>II. A isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação, implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações subsequentes.</p> <p>III. Será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.</p> <p>IV. Atualmente, os contribuintes do imposto não têm direito ao crédito do imposto decorrente da aquisição de mercadorias para uso e consumo do estabelecimento.</p> <p>V. As mercadorias e os insumos entrados no estabelecimento para integração ou consumo em processo de produção de mercadorias industrializadas, inclusive semi-elaboradas, destinadas ao exterior, dão direito a crédito, que não será objeto de estorno.</p> <p>Estão corretas as afirmativas</p> <p>(A) I, II e III. (B) I, II e V. (C) I, IV e V. (D) II, III e IV. (E) III, IV e V.</p>	<p>38. Analise as afirmativas a seguir, acerca do ICD.</p> <p>I. Considerando o princípio da capacidade contributiva, o valor do imposto deve ser proporcional ao valor do quinhão, legado ou doação.</p> <p>II. Lei estadual pode estabelecer diferenciação de alíquotas do imposto, adotando como critério o grau de parentesco.</p> <p>III. Na hipótese da ação de inventário tramitar em uma Comarca do Estado de Pernambuco, é devido a este Estado o imposto incidente sobre a transmissão <i>causa mortis</i> de valor depositado em conta corrente do falecido, ainda que a agência bancária seja situada em outro Estado da Federação.</p> <p>IV. É devido ao Estado de Pernambuco o imposto incidente sobre a transmissão <i>causa mortis</i> de imóvel situado no Município de Recife, ainda que a ação de inventário tramite em uma Comarca do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>V. Considerando a ocorrência de um óbito em 1999, quando estava em vigor a Lei "A", revogada pela Lei "B", que entrou em vigor em 2001, é correto afirmar que a transmissão de bens por sucessão <i>causa mortis</i> será regida pela Lei "A", ainda que a ação de inventário tenha sido ajuizada em 2001 e que a Lei "B" estabeleça uma alíquota inferior à fixada pela Lei "A".</p> <p>(A) Somente a afirmativa II está correta. (B) Somente as afirmativas I e III estão corretas. (C) Somente as afirmativas I, II, IV e V estão corretas. (D) Somente as afirmativas I, III, IV e V estão corretas. (E) As afirmativas I, II, III, IV e V estão corretas.</p>
<p>36. É correto afirmar que</p> <p>(A) a remissão é forma de extinção do crédito tributário. (B) o prazo de recolhimento de um imposto só pode ser fixado por meio de lei. (C) os deveres instrumentais podem ser instituídos pela legislação tributária. (D) os efeitos da lei tributária retroagem, quando mais benéficos, atingindo fatos geradores ocorridos antes da sua vigência, se pendente o recolhimento do tributo. (E) a atualização do valor monetário da base de cálculo constitui majoração do tributo, devendo ser estabelecida por meio de lei.</p>	<p>39. O princípio da não-cumulatividade do ICMS</p> <p>(A) favorece a incidência em 'cascata' sobre todas as operações tributadas num determinado ciclo econômico. (B) propicia que o montante a pagar pelo contribuinte resulte da diferença a maior, em determinado período, entre o imposto devido pelas saídas de mercadorias do estabelecimento e o que foi pago pelas que nele entraram. (C) impede a bitributação. (D) permite que a tributação seja maior ou menor em função da essencialidade das mercadorias. (E) veda a criação de outro imposto com o mesmo fato gerador ou a mesma base de cálculo.</p>
<p>37. É correto afirmar que</p> <p>(A) é obrigatório que o Estado, em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório, antes de inscrever um débito na dívida ativa, instaure um procedimento administrativo para aferir a certeza e liquidez do débito, ainda que se trate de débito declarado pelo próprio contribuinte e não recolhido no prazo legal. (B) o ICMS é devido integralmente ao Estado produtor, nas operações interestaduais com combustível derivado de petróleo. (C) o ICMS não é devido quando o bem é importado por pessoa física ou jurídica, quando esta não for contribuinte habitual do imposto. (D) no regime de substituição tributária, não ocorrendo o fato gerador presumido, o imposto previamente recolhido deverá ser imediata e preferencialmente restituído. (E) é vedado aos Estados exigir o ICMS sobre fornecimento de refeições por restaurantes, exceto se o consumo for realizado fora do estabelecimento, visto que não há circulação de mercadorias quando o consumo é realizado <i>in loco</i>.</p>	<p>40. A vedação constitucional de estabelecer limitações ao tráfego interestadual de pessoas ou bens refere-se a</p> <p>(A) pedágio. (B) tarifa. (C) tributos em geral. (D) taxa. (E) imposto.</p> <p>41. Lei publicada no Diário Oficial do Estado em 30.06.2003 instituiu, a partir de 01.01.2004, taxa de licenciamento de veículos, fixando como alíquota o percentual de 1% e tomando como base de cálculo o valor venal dos automóveis. Sobre tal norma, pode-se afirmar que</p> <p>(A) fere o princípio da capacidade contributiva. (B) fere o princípio da legalidade. (C) é inconstitucional, pois institui tributo com efeito confiscatório. (D) é inconstitucional, pois institui taxa, adotando base de cálculo própria de impostos. (E) é inconstitucional, visto que já incide o IPVA sobre veículos, sendo vedada a criação de taxa anual para licenciamento do mesmo bem, pois isto configuraria bitributação.</p>

Instruções para responder às questões de números 42 e 43.

Em cada uma destas questões são apresentadas cinco proposições, que podem estar corretas ou incorretas. Para responder cada uma das questões, use a chave abaixo.

- (A) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- (B) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
- (C) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
- (D) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- (E) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.

42. I. Um Estado recém-criado pode instituir taxa destinada a custear a implantação ou a melhoria do serviço estatal de segurança pública.
- II. Considerando a diretriz constitucional, é possível concluir que, para definir corretamente a espécie tributária, é necessário não só analisar o fato gerador, como também a base de cálculo de um determinado tributo.
- III. É correto afirmar que os impostos são tributos não-vinculados, visto que possuem como fato gerador uma situação que independe de atuação estatal específica em benefício do contribuinte, razão pela qual não pode ser considerada causa para o seu inadimplemento qualquer falha no serviço público estatal.
- IV. Desde que prevista em lei, pode ser cobrada taxa pela prestação do serviço de coleta de lixo posto à disposição do contribuinte, ainda que ele resolva levar o lixo diretamente ao aterro sanitário, por julgar que o valor cobrado é muito elevado.
- V. É constitucional a hipotética taxa de emissão de guia de importação, que seja quantificada em 0,1% do valor de venda do bem.

43. Considerando a jurisprudência dominante:

- I. É constitucional a lei estadual que institui o imposto sobre a propriedade de aeronaves e embarcações náuticas.
- II. Lei estadual pode fixar alíquotas diversas do IPVA para dois automóveis com as mesmas características e faixa de valor, caso um deles seja nacional e o outro importado.
- III. Lei estadual pode fixar alíquotas diversas do IPVA para dois automóveis com as mesmas características e faixa de valor, caso um deles seja movido a gasolina e o outro a álcool.
- IV. Lei estadual pode fixar alíquotas diversas do IPVA para dois automóveis com as mesmas características e faixa de valor, caso um deles seja destinado ao transporte coletivo de passageiros e o outro seja caracterizado como automóvel de passeio.
- V. Lei estadual pode instituir isenção do IPVA aos portadores de deficiência física que necessitem de veículos adaptados.

44. Impostos que possuem as características de seletividade, em função da essencialidade, e de não-cumulatividade:

- (A) IPVA e ICMS.
- (B) ISS e ICMS.
- (C) IR e ICMS.
- (D) IPI e ICMS.
- (E) IR e IPI.

45. Autuado por infração à legislação do ICMS, um contribuinte defendeu-se judicialmente. A decisão final do litígio lhe foi desfavorável. Posteriormente, foi editada uma nova lei, que reduziu a penalidade daquela espécie de infração, razão pela qual ele pretende se beneficiar da redução, pleiteando a aplicação retroativa dos efeitos da nova norma.

Considerando-se este relato, é correto afirmar:

- (A) A nova lei não é aplicável ao caso, visto que se trata de ato definitivamente julgado.
- (B) A lei vigente à época da infração somente não é aplicável ao caso, se for expressamente revogada pela posterior.
- (C) Os efeitos da nova lei retroagem apenas para reduzir o valor da multa devida, em obediência ao princípio da retroação da norma mais benéfica.
- (D) Os efeitos da nova lei somente seriam aplicáveis ao fato pretérito, se ela tivesse deixado de defini-lo como infração.
- (E) Lei que estabelece normas gerais de direito tributário jamais se aplica a ato ou fato pretérito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

46. A sentença concedeu *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, e constantes de bancos de dados de entidade de caráter público. A impetrada, pretendendo suspender a execução da sentença, poderá requerer a medida

- (A) em apelação, com pedido de antecipação de tutela recursal dirigido ao relator do recurso.
- (B) em agravo retido, com pedido de efeito suspensivo.
- (C) somente por mandado de segurança.
- (D) em petição dirigida ao Presidente do Tribunal competente.
- (E) somente em apelação, com pedido de concessão de efeito suspensivo dirigido ao juiz da causa.

47. No processo de execução por quantia certa contra devedor solvente, que se processa em Recife, a penhora de bem imóvel localizado em Comarca da Capital de outro Estado federado,

- (A) poderá ser realizada por termo nos autos, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, independentemente de carta precatória.
- (B) não poderá ser realizada por termo nos autos, porque o bem imóvel não se localiza no foro da causa, sendo necessária a expedição de carta precatória.
- (C) poderá ser realizada por termo nos autos, independente da apresentação da certidão da respectiva matrícula, sendo desnecessária a expedição de carta precatória.
- (D) não poderá ser realizada por termo nos autos, porque o bem imóvel, para ser penhorado, deve estar localizado no foro da causa.
- (E) não poderá ser realizada por termo nos autos, porque a penhora só poderá ser registrada no Cartório de registro competente por carta de ordem.

48. O locatário que utiliza automóvel de empresa locadora de veículos, sem contrato de seguro, se for réu em ação de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo, no prazo para a contestação
- (A) poderá promover o chamamento ao processo da empresa locadora, que responde civil e solidariamente com o locatário.
- (B) poderá requerer a denunciação da lide da empresa locadora, que responde civil e solidariamente com o locatário.
- (C) deverá nomear à autoria a locadora porque somente a empresa poderá ser condenada a ressarcir os danos.
- (D) poderá promover o chamamento ao processo da locadora porque esta empresa tem responsabilidade subsidiária perante o locatário.
- (E) não poderá promover a intervenção da empresa locadora porque incabível a intervenção de terceiros.
49. Segundo a legislação em vigor, nas execuções fiscais
- (A) a alienação de bens imóveis penhorados será feita em praça, devendo ser aplicado subsidiariamente o Código de Processo Civil.
- (B) cabem embargos à arrematação, por aplicação supletiva do Código de Processo Civil.
- (C) a penhora de bens obedecerá à mesma ordem do Código de Processo Civil, penhorando-se os móveis antes dos imóveis.
- (D) é possível arrematação, em leilão único, de bem penhorado na execução fiscal, por aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.
- (E) proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado desloca a competência já fixada, por aplicação supletiva do Código de Processo Civil.
50. Se, em mandado de injunção impetrado perante o Superior Tribunal de Justiça, for denegada a ordem com base em matéria constitucional, a modalidade recursal a ser utilizada para alcançar o Supremo Tribunal Federal será o recurso
- (A) extraordinário, com a exigência de prequestionamento.
- (B) ordinário, com a exigência de prequestionamento.
- (C) ordinário, sem a exigência de prequestionamento.
- (D) extraordinário, sem a exigência de prequestionamento.
- (E) de agravo de instrumento, sem a exigência de prequestionamento.
51. A sentença que condenar a Fazenda Pública Estadual em ação de repetição de indébito deverá mandar contar os juros de mora a partir
- (A) da citação.
- (B) da contestação.
- (C) do despacho inicial.
- (D) do pagamento indevido do tributo.
- (E) do trânsito em julgado da decisão definitiva.
52. Na ação popular, a Fazenda do Estado, ainda que haja contestado a ação, pode
- (A) alegar decadência da ação, por simples petição, se decorrido o prazo de 5 (cinco) anos da prática do ato lesivo.
- (B) promover, em qualquer tempo, e no que a beneficiar, a execução da sentença contra os demais réus.
- (C) requerer, por petição, ao Presidente do Tribunal competente, a suspensão da liminar.
- (D) requerer que a sentença de improcedência fique sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório.
- (E) alegar a prescrição da ação, por simples petição, se decorrido o prazo de 4 (quatro) anos da prática do ato lesivo.
53. Servidor público estadual ajuizou contra a Fazenda do Estado, em Comarca do interior, ação ordinária de cobrança de vencimentos atrasados. Em preliminar de contestação, a Fazenda alegou incompetência absoluta por possuir foro privilegiado, mas não indicou o juízo para o qual declinava. O juiz indeferiu a preliminar sob o fundamento de que a Fazenda do Estado não tem foro privilegiado. Contra essa decisão, a Fazenda interpôs agravo de instrumento. Este agravo de instrumento deverá ser
- (A) provido, porque a Fazenda do Estado deve ser demandada sempre em seu domicílio que é a Capital do Estado.
- (B) não provido, porque o servidor público estadual, domiciliado no interior, deve demandar a Fazenda do Estado na Comarca onde presta serviços.
- (C) provido, porque a Fazenda do Estado alegou, na oportunidade própria, a incompetência absoluta decorrente de seu foro privilegiado.
- (D) não provido, porque em se tratando de incompetência relativa, não ocorrendo a sua arguição em tempo e modo próprios, opera-se a preclusão.
- (E) provido, porque o foro da Fazenda é o da Capital do Estado e constitui mera irregularidade alegar incompetência absoluta em lugar de incompetência relativa, sem declinar o foro.
54. O Código de Processo Civil dispõe:
- “Art. 416. O juiz interrogará a testemunha sobre os fatos articulados, cabendo, primeiro à parte, que a arrolou, e depois à parte contrária, formular perguntas tendentes a esclarecer ou completar o depoimento.*
- § 2º. As perguntas que o juiz indeferir serão obrigatoriamente transcritas no termo se a parte o requerer.”*
- “Art. 446. Compete ao juiz em especial:*
- II – proceder direta e pessoalmente à colheita das provas.”*
- Considerando as regras acima é correto afirmar que o Código de Processo Civil adotou o princípio
- (A) da imediação.
- (B) do juiz natural.
- (C) da identidade física do juiz.
- (D) da iniciativa oficial na instrução.
- (E) da indeclinabilidade da prestação jurisdicional.
55. O procedimento especial dos embargos de terceiro, findo o prazo da contestação,
- (A) passa a seguir o procedimento comum ordinário do processo de conhecimento.
- (B) segue o rito comum do processo cautelar.
- (C) recai no procedimento comum sumário do processo de conhecimento.
- (D) não se deixa reduzir a qualquer denominador comum, seguindo como rito especial.
- (E) segue o procedimento comum da jurisdição voluntária.

<p>56. Segundo a legislação em vigor, a sentença que julgar improcedente ação civil pública por insuficiência de provas, transcorridos os prazos de recursos,</p> <p>(A) fará coisa julgada material <i>erga omnes</i>, nos limites da competência territorial do órgão prolator da decisão.</p> <p>(B) fará coisa julgada material <i>erga omnes</i>, inclusive fora dos limites da competência territorial do órgão prolator da decisão.</p> <p>(C) não fará coisa julgada material, podendo qualquer legitimado intentar outra ação com idênticos fundamentos, valendo-se de nova prova.</p> <p>(D) não fará coisa julgada formal, podendo a decisão ser revista pelo órgão prolator, independentemente de recurso e de ação.</p> <p>(E) fará coisa julgada material entre as partes, nos limites da competência territorial do órgão prolator da decisão.</p>	<p>60. Em matéria de execução provisória de sentença é correto afirmar que</p> <p>(A) o Poder Público não está dispensado de prestar caução em caso de levantamento de depósito em dinheiro ou para a prática de atos que importem alienação de domínio.</p> <p>(B) a caução pode ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de 80 (oitenta) vezes o salário mínimo, quando o exequente se encontrar em estado de necessidade.</p> <p>(C) se a sentença provisoriamente executada for anulada apenas em parte, fica sem efeito toda a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior.</p> <p>(D) concedida a antecipação da tutela de mérito, a execução da medida comporta a realização da arrematação desde que a parte que irá beneficiar-se com a execução da medida preste caução idônea.</p> <p>(E) a execução é provisória, quando a sentença condenatória for impugnada mediante recurso recebido só no efeito devolutivo ou quando a execução for fundada em título extrajudicial não embargado.</p>
<p>57. Em mandado de segurança, o Presidente do Tribunal de Justiça indeferiu requerimento de suspensão da execução de sentença que, alicerçada em norma constitucional, implicava risco de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. A pessoa jurídica de direito público que formulou o requerimento de suspensão está autorizada a</p> <p>(A) agravar, com efeito suspensivo, no prazo de dez dias, contados da publicação do ato de indeferimento.</p> <p>(B) agravar, sem efeito suspensivo, no prazo de cinco dias, contados da publicação do ato de indeferimento.</p> <p>(C) agravar, com efeito suspensivo, no prazo de cinco dias, contados da publicação do ato de indeferimento.</p> <p>(D) agravar, sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias, contados da publicação do ato de indeferimento.</p> <p>(E) requerer a suspensão da execução da sentença diretamente ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO CIVIL E COMERCIAL</p> <p>61. Estabelecendo a Lei de Introdução ao Código Civil que “quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito” (art. 4^º), é correto afirmar que</p> <p>(A) somente se admite o costume <i>secundum legem</i>.</p> <p>(B) é admitido amplamente o costume <i>contra legem</i>.</p> <p>(C) o costume <i>praeter legem</i> desempenha função supletiva da lei.</p> <p>(D) o costume é meio de integração do direito, mas não pode ser considerado fonte ou forma de expressão do direito.</p> <p>(E) o costume constitui apenas regra de hermenêutica.</p>
<p>58. No Tribunal de Justiça em que não há Órgão Especial, decidir, em apelação, pela constitucionalidade de lei estadual, é da competência</p> <p>(A) do Plenário, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.</p> <p>(B) do Plenário, por decisão unânime de seus membros.</p> <p>(C) da Câmara, por votação unânime ou por maioria.</p> <p>(D) do Plenário, pelo voto da maioria simples de seus membros.</p> <p>(E) do Grupo de Câmaras, por decisão unânime de seus membros.</p>	<p>62. A desconsideração da pessoa jurídica, para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens de seus administradores ou sócios, é ato</p> <p>(A) privativo do Juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, se caracterizado desvio de finalidade ou ocorrer confusão patrimonial.</p> <p>(B) que o Juiz pode praticar de ofício, sempre que houver encerramento irregular do estabelecimento comercial a fim de que os credores privilegiados recebam seus créditos.</p> <p>(C) que pode ser praticado de ofício pela autoridade administrativa ou pelo Juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, se caracterizado desvio de finalidade ou se verificar confusão patrimonial.</p> <p>(D) privativo do Ministério Público, se verificada fraude contra credores, a requerimento dos credores privilegiados.</p> <p>(E) que pode ser praticado pelo Juiz, por qualquer autoridade administrativa ou pelo Ministério Público, sempre que se verificar abuso da personalidade da pessoa jurídica em proveito de seus administradores ou sócios, com prejuízo para os credores em virtude de decretação de falência ou insolvência.</p>
<p>59. Em Juízo, a Fazenda Pública Estadual pode</p> <p>(A) requerer a abertura de inventário, quando tiver interesse.</p> <p>(B) computar em quádruplo o prazo para contestar no procedimento comum sumário ou ordinário.</p> <p>(C) computar em dobro o prazo para contra-arrazoar recurso.</p> <p>(D) receber citações pelo correio.</p> <p>(E) pedir que o juiz limite o litisconsórcio necessário quando o número de litigantes no pólo ativo dificultar a defesa.</p>	

63. Considere as seguintes afirmações sobre a prescrição:
- I. Não corre contra os absoluta ou relativamente incapazes.
 - II. Pode o juiz, de ofício, suprir a falta de alegação da prescrição se favorecer a absolutamente incapazes.
 - III. Suspensa em favor de um dos credores aproveitará a todos os demais.
 - IV. A interrupção do prazo por um dos credores solidários aproveitará aos outros.
 - V. Contra a Fazenda Pública somente poderá ser interrompida uma vez e recomeça pela metade do prazo.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

64. Considere as seguintes disposições legais:

"Art. 3º. Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece." (Lei de Introdução ao Código Civil)

"Art. 139. O erro é substancial quando:

*.....
III - sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico." (Código Civil)*

Diante das regras acima e das demais que regulam a invalidade do negócio jurídico, é correto afirmar que

- (A) inexistente distinção entre erro de fato e erro de direito.
- (B) o art. 4º da Lei de Introdução ao Código Civil foi revogado por lei superveniente.
- (C) o negócio jurídico em nenhuma hipótese poderá ser anulado por erro de direito, cabendo, apenas, indenização por perdas e danos.
- (D) o negócio jurídico pode ser anulado por erro de direito se preenchidos os requisitos do art. 139, III, do Código Civil.
- (E) o art. 139, III, do Código Civil é ineficaz, porque contraria lei de hierarquia superior.

65. Analise a afirmação seguinte de Orlando Gomes: "Indo mais adiante, aventa-se a idéia de que entre o credor e o devedor é necessária a colaboração, um ajudando o outro na execução do contrato. A tanto, evidentemente, não se pode chegar, dada a contraposição de interesses, mas é certo que a conduta, tanto de um como de outro, subordina-se a regras que visam a impedir dificulte uma parte a ação da outra" (**Contratos**. p. 42. 20ª edição. Forense, 2000).

O texto acima refere-se

- (A) à proibição de reserva mental sob pena de nulidade do negócio jurídico.
- (B) à boa-fé objetiva nos negócios jurídicos.
- (C) à falsa causa como sendo motivo determinante de ineficácia dos negócios jurídicos.
- (D) ao dolo como fundamento de anulação dos negócios jurídicos.
- (E) à lesão contratual.

66. O construtor que edificando parcialmente em solo próprio invadir solo alheio

- (A) se a invasão não for superior à vigésima parte deste, estando de boa-fé, adquire a propriedade do solo invadido, se o valor da construção exceder o dessa parte, e responde por indenização que represente, também, o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente.
- (B) se a invasão não for superior à vigésima parte deste, estando de má-fé, pagará em dobro indenização que represente também o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente, mas adquirirá a propriedade da área invadida.
- (C) se a invasão exceder à vigésima parte deste, a má-fé se presume e ficará o construtor obrigado a demolir a construção, pagando perdas e danos.
- (D) se a invasão exceder à vigésima parte deste, o dono do solo invadido adquirirá a construção, pagando indenização ao construtor que tiver agido de boa-fé.
- (E) tornar-se-á condômino do dono do solo invadido, estabelecendo-se uma proporção, tendo em conta o valor do solo e o da construção.

67. Na assunção de dívida,

- (A) o silêncio do credor, notificado por qualquer das partes para que consinta, será interpretado como aceitação da transmissão da obrigação.
- (B) se terceiro assumir a obrigação do devedor, mesmo com o consentimento deste, o devedor primitivo não ficará exonerado, porque, neste caso, ocorrerá solidariedade legal.
- (C) o novo devedor não pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
- (D) o adquirente de imóvel hipotecado pode tomar a seu cargo o pagamento do crédito garantido, sendo defeso ao credor impugnar a transferência do débito.
- (E) não se podem considerar extintas as garantias especiais originariamente dadas ao credor primitivo.

68. No tocante à extinção dos contratos, considere as seguintes afirmações:

- I. A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito; a tácita depende de interpelação judicial.
- II. O distrato pode dar-se por instrumento particular ainda que o contrato tenha sido celebrado por instrumento público.
- III. A resolução por onerosidade excessiva requerida judicialmente não pode ser evitada pelo réu, por se tratar de direito potestativo do autor.
- IV. A rescisão unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte, mas se esta houver feito investimentos consideráveis para execução do contrato, a denúncia só produzirá efeito depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos.
- V. Os efeitos da sentença que decretar a resolução do contrato por onerosidade excessiva retroagirão à data de sua celebração.

São corretas

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) I e V.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

<p>69. Praticando o incapaz ato ilícito</p> <p>(A) somente responderá nas hipóteses de responsabilidade civil objetiva, ou seja, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade por ele desenvolvida implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.</p> <p>(B) sempre responderá o tutor ou curador, ainda que o pupilo ou curatelado não esteja em sua companhia, porque se trata de responsabilidade civil objetiva.</p> <p>(C) ficará sempre isento de reparar o dano, porque a lei presume sua falta de discernimento.</p> <p>(D) poderá ser condenado a ressarcir o dano, se a pessoa por ele responsável não tiver obrigação de fazê-lo ou não dispuser de meios suficientes, mas a indenização deverá ser eqüitativa e não terá lugar se o incapaz ou as pessoas dele dependentes ficarem privadas do necessário.</p> <p>(E) o tutor, curador ou ascendente que ressarcir o dano pode reaver o que houver pago acompanhado de juros e correção monetária.</p>	<p>DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO</p> <p>73. O contrato individual de trabalho pode ser acordado</p> <p>(A) tacitamente somente se houver contrato coletivo que assim autorize.</p> <p>(B) tácita ou expressamente, mas sempre reduzido a termo.</p> <p>(C) expressamente sempre, salvo no caso de categoria diferenciada.</p> <p>(D) tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito.</p> <p>(E) expressamente sempre no caso de contrato a prazo indeterminado.</p>
<p>70. Dá-se o direito de representação quando a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se vivo fosse, observando-se a seguinte regra:</p> <p>(A) na linha transversal aplica-se aos herdeiros legítimos até o quarto grau, salvo disposição testamentária em sentido contrário.</p> <p>(B) aplica-se na linha reta descendente e ascendente.</p> <p>(C) só se aplica a herdeiros necessários.</p> <p>(D) aplica-se apenas na sucessão testamentária.</p> <p>(E) na linha transversal, somente ocorre em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.</p>	<p>74. Relativamente à alteração do contrato de trabalho, é correto afirmar que pode ocorrer</p> <p>(A) desde que ajustada expressamente no contrato de trabalho, independentemente de prejuízo ao empregado.</p> <p>(B) desde que ajustada tacitamente no contrato de trabalho, independentemente de prejuízo ao empregado.</p> <p>(C) desde que ajustada por mútuo consentimento e ainda assim desde que não resulte prejuízo direto ou indireto ao empregado.</p> <p>(D) desde que ajustada por mútuo consentimento e ainda assim desde que não resulte prejuízo direto apenas ao empregado.</p> <p>(E) somente relativa a horário de trabalho e função, mas sempre com fundamento expresso no contrato individual ou coletivo de trabalho.</p>
<p>71. O meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado bem</p> <p>(A) dominical da União, cabendo a esta, com a colaboração dos Estados e Municípios, sua defesa.</p> <p>(B) de uso comum do povo, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo.</p> <p>(C) de uso especial da União, que indenizará os particulares quando instituir áreas de preservação ambiental.</p> <p>(D) de uso comum do povo, tomando-se, porém, dominical da União ou do Estado, respectivamente, quando aquele ou este instituir área de proteção ambiental.</p> <p>(E) de uso comum do povo, impondo-se à União aos Estados e aos Municípios sua manutenção e aos particulares sua preservação, mediante cabal indenização do Poder Público, sempre que se impuserem restrições aos interesses privados.</p>	<p>75. Se o empregado sofrer acidente de trabalho, a possibilidade dele acionar seu empregador para pagar indenização</p> <p>(A) existe, desde que comprovada culpa ou dolo do empregador, independentemente de indenização devida pelo Estado.</p> <p>(B) existe, desde que o empregado opte por acionar o empregador e não o Estado, de acordo com sua conveniência.</p> <p>(C) existe, sempre, além da indenização pleiteada do Estado, pela responsabilidade objetiva do empregador.</p> <p>(D) não existe, desde que devidamente registrado o empregado.</p> <p>(E) não existe, pois não alcançada pelo conceito de risco da atividade econômica do art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
<p>72. Para fins de proteção e defesa do consumidor considera-se o produto defeituoso</p> <p>(A) se contiver vício redibitório, que lhe diminua consideravelmente o valor ou impeça o uso normal.</p> <p>(B) quando outro produto de melhor qualidade for colocado no mercado, oferecendo mais segurança no seu manuseio e utilização.</p> <p>(C) quando apresentar vícios de qualidade ou quantidade, afetando sua apresentação ou oferecendo risco não esperado pelo seu uso.</p> <p>(D) somente se oferecer riscos não esperados na sua utilização.</p> <p>(E) quando não oferecer a segurança que dele legitimamente se espera, tendo-se em conta, entre outros fatores que a lei indica, sua apresentação.</p>	<p>76. Aos servidores públicos ocupantes de cargo público aplicam-se as seguintes garantias asseguradas constitucionalmente aos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho</p> <p>(A) seguro desemprego, salário mínimo, décimo terceiro salário e repouso semanal remunerado.</p> <p>(B) fundo de garantia do tempo de serviço, salário mínimo, décimo terceiro salário e duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais.</p> <p>(C) salário mínimo, décimo terceiro salário e duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.</p> <p>(D) seguro desemprego, fundo de garantia do tempo de serviço, salário mínimo e décimo terceiro salário.</p> <p>(E) salário mínimo, décimo terceiro salário, duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais e repouso semanal remunerado.</p>

<p>77. Celebrado contrato de prestação de serviços entre a Administração Pública Direta Estadual e empresa de vigilância terceirizada, durante o ano de 2002, no caso de reclamação trabalhista movida pelo empregado contra o empregador e contra o Poder Público Estadual, é correto afirmar que a Administração Pública direta Estadual é parte</p> <p>(A) ilegítima, pois não se forma vínculo de emprego entre o Estado e o reclamante, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal.</p> <p>(B) legítima, pois há vínculo de emprego entre o Estado e o reclamante, nos termos do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>(C) legítima, pois embora não se forme o vínculo de emprego entre o Estado e o reclamante, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, há responsabilidade solidária do Estado e do empregador quanto aos créditos trabalhistas do reclamante.</p> <p>(D) legítima, pois embora não se forme o vínculo de emprego entre o Estado e o reclamante, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, há responsabilidade subsidiária do Estado e do empregador quanto aos créditos trabalhistas do reclamante.</p> <p>(E) ilegítima, pois não se forma vínculo de emprego entre o Estado ou a empresa prestadora de serviços e o reclamante, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, não sendo devidos quaisquer valores ao reclamante, não obstante a prestação de serviços havida.</p>	<p>80. Nos processos perante a Justiça do Trabalho, são beneficiários da isenção do pagamento de custas:</p> <p>(A) a União, os Estados e os Municípios, exclusivamente.</p> <p>(B) a União, os Estados e os Municípios, o Ministério Público do Trabalho e as entidades fiscalizadoras do exercício profissional.</p> <p>(C) a União, os Estados e os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais, que não explorem atividade econômica e o Ministério Público do Trabalho.</p> <p>(D) a União, os Estados e os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais, que não explorem atividade econômica; o Ministério Público do Trabalho e as entidades fiscalizadoras do exercício profissional.</p> <p>(E) a União, os Estados e os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais, que não explorem atividade econômica e o Ministério Público do Trabalho, alcançando a referida isenção eventuais despesas realizadas pela parte vencedora.</p>
<p>78. O reclamante ajuíza uma ação trabalhista contra sociedade de economia mista estadual, que explora atividade econômica, buscando reconhecimento de contrato de trabalho e os consectários legais. A reclamada alega que não há vínculo de emprego, pois a relação havida reveste-se de natureza especial, tratando-se de regime próprio da Administração Pública, que exclui o regime trabalhista privado. O juiz da vara do trabalho, ao julgar a reclamação trabalhista, deverá considerar que os estatutos das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica, devem observar, no que respeita às relações de trabalho, o regime jurídico</p> <p>(A) da Administração Pública direta.</p> <p>(B) das empresas privadas.</p> <p>(C) próprio, conforme deliberação de sua diretoria.</p> <p>(D) alternativamente da Administração Pública direta, ou da empresa privada, conforme disposição de seus atos constitutivos.</p> <p>(E) da empresa privada até a aquisição de estabilidade pelo servidor e, daí em diante da Administração Pública direta.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO FINANCEIRO</p> <p>81. O princípio orçamentário da exclusividade significa que</p> <p>(A) somente as despesas correntes e as de capital devem estar contidas na lei orçamentária.</p> <p>(B) a lei de diretrizes orçamentárias disporá, exclusivamente, sobre o destino das despesas com duração de mais de um exercício fiscal.</p> <p>(C) a lei orçamentária anual não conterá dispositivo que cuide de matéria estranha à previsão de receitas e à autorização para gastos.</p> <p>(D) a lei do plano plurianual disporá, com exclusividade, sobre o limite de gastos com despesas de capital.</p> <p>(E) compete exclusivamente à União legislar sobre orçamento.</p>
<p>79. No processo do trabalho, relativamente a dissídio coletivo decorrente de convenção coletiva que não se realizou, a instauração da instância pode se dar pelos sindicatos interessados,</p> <p>(A) pelo Presidente do Tribunal ou a requerimento da Procuradoria do Trabalho, sendo possível a celebração de acordo, homologado pelo Tribunal competente.</p> <p>(B) ou pelo Presidente do Tribunal exclusivamente, sendo possível a celebração de acordo, homologado pelo próprio Presidente do Tribunal.</p> <p>(C) pelo Presidente do Tribunal ou a requerimento da Procuradoria do Trabalho, sendo possível a celebração de acordo, homologado pelo próprio Presidente do Tribunal.</p> <p>(D) exclusivamente, sendo vedada a possibilidade de acordo, dado o caráter coletivo da decisão.</p> <p>(E) exclusivamente, sendo possível a celebração de acordo, homologado pelo Tribunal competente.</p>	<p>82. É correto afirmar que</p> <p>(A) cabe ao Presidente da República fixar o montante da dívida consolidada dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, além da correspondente à União.</p> <p>(B) ao Senado Federal compete, privativamente, dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos Estados.</p> <p>(C) cabe ao Congresso Nacional autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse dos Estados e dos Municípios.</p> <p>(D) ao Congresso Nacional compete estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Municípios.</p> <p>(E) todas as despesas relativas à dívida pública mobiliária e contratual constarão, de forma exclusiva, do plano plurianual.</p>

Instruções para responder às questões de números 83 a 86.

Em cada uma dessas questões são apresentadas quatro proposições, que podem estar corretas ou incorretas. Para responder cada uma das questões, use a chave abaixo.

- (A) Somente as proposições I e III estão corretas.
- (B) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- (C) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- (D) Somente as proposições II e III estão corretas.
- (E) Somente as proposições III e IV estão corretas.

83. I. É permitida a realização de despesas com o serviço da dívida, ainda que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- II. É vedada a concessão de créditos ilimitados para a realização de determinada obra.
- III. É permitida a abertura de crédito suplementar, desde que haja prévia autorização legislativa.
- IV. A instituição de fundos prescinde de autorização legislativa.

84. I. Créditos especiais são aqueles destinados a despesas urgentes e imprevistas.
- II. Os créditos suplementares são autorizados e abertos por decreto do Poder Executivo.
- III. Poderá ser utilizada medida provisória para a abertura de créditos extraordinários, no âmbito da União.
- IV. Como regra, os créditos adicionais vigorarão somente no exercício financeiro em que forem abertos.

85. I. Os "restos a pagar" constituem despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro.
- II. Os "restos a pagar" resultam da diferença entre o déficit primário e o déficit nominal em cada exercício financeiro.
- III. A anulação de despesa realizada após o encerramento do exercício financeiro será considerada receita do ano em que se efetivar.
- IV. Dentro dos últimos oito meses do mandato do governador do Estado não pode ser contraída despesa que não possa ser cumprida naquele exercício ou tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa.

86. I. Não é considerado dispositivo estranho à previsão de receitas e à fixação de despesa a autorização contida na Lei Orçamentária Anual para a realização de operação de crédito por antecipação de receita.
- II. É vedada a vinculação da receita de tributos a qualquer órgão, fundo ou despesa, ressalvadas, dentre outras hipóteses, a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino.
- III. O produto da arrecadação do imposto sobre a renda, incidente na fonte, sobre os vencimentos dos seus servidores pertence ao respectivo Estado-membro da Federação que o reter.
- IV. Sem prévia autorização por decreto do governador do Estado são vedados a transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro.

Atenção: Para responder às questões de números 87 e 88 assinale, em relação ao assunto apresentado, a alternativa INCORRETA

87. Despesa Pública.
- (A) A liquidação da despesa é passo prévio ao seu empenhamento.
- (B) O empenho da despesa é ato que antecede a sua liquidação.
- (C) Quando não se possa determinar o montante da despesa, o empenho se fará por estimativa.
- (D) O pagamento da despesa somente será efetuado após a sua liquidação.
- (E) Para a realização da despesa deve-se observar a seguinte ordem: previsão orçamentária, empenho, liquidação e pagamento.

88. Fiscalização financeira e orçamentária.
- (A) As decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de multa têm eficácia de título executivo.
- (B) Cabe ao Tribunal de Contas fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União aos Estados, mediante convênio ou qualquer instrumento semelhante.
- (C) Compete ao Tribunal de Contas aplicar, em caso de ilegalidade de despesa, aos responsáveis, as sanções previstas em lei.
- (D) A fiscalização das contas públicas, quanto à legalidade e à legitimidade, será feita mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- (E) A sustação de contrato considerado irregular pelo Tribunal de Contas da União pode ser efetivada, diretamente, pela Câmara dos Deputados, que comunicará o ocorrido ao Poder Executivo.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

89. São denominados "crimes plurissubjetivos" aqueles em que
- (A) mais de um bem jurídico é atingido.
- (B) há necessária participação de mais de um sujeito ativo.
- (C) mediante uma só ação são atingidos dois ou mais sujeitos passivos.
- (D) há pluralidade de elementos subjetivos a animar a conduta do agente.
- (E) há participação eventual de mais de um sujeito ativo.

<p>90. Em relação aos princípios gerais dos recursos em processo penal é correto afirmar que</p> <p>(A) a proibição da <i>reformatio in pejus</i> incide apenas nos recursos interpostos junto aos tribunais superiores.</p> <p>(B) os recursos interpostos em favor do réu fora do prazo legal devem ser conhecidos em razão do princípio constitucional da ampla defesa.</p> <p>(C) de acordo com o princípio da fungibilidade dos recursos, pode ser conhecido o recurso erroneamente interposto desde que não haja má-fé do recorrente.</p> <p>(D) o princípio do duplo grau de jurisdição em matéria penal não está presente em nosso ordenamento jurídico.</p> <p>(E) de acordo com o princípio da taxatividade dos recursos a cada decisão corresponde um único recurso possível que só pode ser interposto uma única vez.</p>	<p>94. A Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, trata, em seu art. 3º, da responsabilidade penal da pessoa jurídica. A respeito do tema é correto afirmar que</p> <p>(A) a responsabilidade penal da pessoa jurídica, não obstante a previsão legal, é incompatível com o sistema jurídico pátrio pois a culpabilidade é sempre pessoal.</p> <p>(B) a pena de privação de liberdade, quando aplicada à pessoa jurídica, implica a impossibilidade de contratar com o poder público.</p> <p>(C) a responsabilização penal da pessoa jurídica não impede que sejam apontados como co-autores ou partícipes seus diretores.</p> <p>(D) só poderá figurar como ré a pessoa jurídica com mais de cinco anos de atividade.</p> <p>(E) a ação será sempre pública condicionada nos casos em que a autoria possa ser imputada à pessoa jurídica.</p>
<p>91. João, oficial de justiça, solicitou a um advogado determinada quantia em dinheiro para deixar de realizar diligência de que estava incumbido. Cometeu, em tese, o crime de</p> <p>(A) peculato.</p> <p>(B) prevaricação.</p> <p>(C) concussão.</p> <p>(D) corrupção ativa.</p> <p>(E) corrupção passiva.</p>	<p>95. De acordo com o disposto no Código de Processo Penal, nos crimes de ação pública condicionada à representação, o inquérito policial</p> <p>(A) não pode ser instaurado sem ela.</p> <p>(B) pode ser instaurado pela autoridade policial independentemente da representação, desde que haja requisição judicial.</p> <p>(C) pode ser instaurado pela autoridade policial independentemente da representação, desde que haja requisição do Ministério Público.</p> <p>(D) pode ser instaurado pela autoridade policial independentemente da representação que será, porém, necessária ao oferecimento da denúncia.</p> <p>(E) independe de qualquer formalidade pois o contraditório e a ampla defesa somente serão exercidos em juízo.</p>
<p>92. O casamento da vítima de estupro com o agente</p> <p>(A) é causa de extinção da punibilidade que não se comunica ao co-autor.</p> <p>(B) é causa de extinção de punibilidade que se comunica ao co-autor.</p> <p>(C) somente extingue a punibilidade do agente se ocorrer antes do oferecimento da denúncia.</p> <p>(D) somente extingue a punibilidade do agente se ocorrer antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.</p> <p>(E) não gera qualquer consequência no curso da ação penal por tratar-se de crime hediondo.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO PREVIDENCIÁRIO</p> <p>96. São beneficiários do Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco:</p> <p>(A) os servidores titulares de cargos efetivos, em comissão e eletivos, sejam eles ativos, inativos, reformados, seus dependentes e pensionistas.</p> <p>(B) os servidores das autarquias do Estado, fundações públicas e empresas públicas titulares de cargos efetivos e empregos públicos.</p> <p>(C) somente os servidores públicos do Estado, das autarquias do Estado, das fundações públicas do Estado e os militares.</p> <p>(D) os servidores públicos titulares de cargos efetivos do Estado, das suas autarquias e das fundações públicas do Estado, membros de poder do Estado, servidores de órgãos autônomos do Estado, titulares de cargos efetivos e militares do Estado, ativos, inativos, reformados, seus dependentes e pensionistas.</p> <p>(E) os servidores de autarquias do Estado titulares de cargos efetivos, em comissão eletivos e temporários, desde que ativos.</p>
<p>93. Assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) A ação penal privada subsidiária da pública está sujeita a preempção.</p> <p>(B) Na ação penal pública condicionada à representação do ofendido, a retratação posterior ao recebimento da denúncia é causa de extinção da punibilidade do agente.</p> <p>(C) A contagem do prazo de decadência do direito de queixa inicia-se no dia do cometimento do crime.</p> <p>(D) Não cabe a propositura de ação penal privada subsidiária da pública nas hipóteses em que o Ministério Público requer o arquivamento do inquérito policial.</p> <p>(E) Em se tratando de vítima menor, compete ao Ministério Público o oferecimento da denúncia mesmo nos crimes de ação privada.</p>	

<p>97. São benefícios do segurado, previstos no Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco:</p> <p>(A) aposentadoria por idade integral independentemente do tempo de serviço e tempo de contribuição, aposentadoria por idade, salário família para o segurado inativo e salário maternidade.</p> <p>(B) aposentadoria especial do professor, transferência do militar do Estado para a inatividade, salário família e aposentadoria por tempo de serviço.</p> <p>(C) aposentadoria por invalidez, aposentadoria compulsória, aposentadoria por idade e salário família para o segurado inativo.</p> <p>(D) transferência do militar do Estado para a inatividade, aposentadoria por idade, pensão por morte e auxílio-acidente.</p> <p>(E) aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria compulsória aos 60 anos independentemente do tempo de contribuição e pensão por morte.</p>	<p>99. Assinale a alternativa que NÃO contém regra geral para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p>(A) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal poderão conceder benefícios distintos dos previstos no regime geral de previdência social, sempre que autorizados pela Agência Nacional de Seguridade Social.</p> <p>(B) A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares não poderá exceder, a qualquer título, o dobro da contribuição do segurado.</p> <p>(C) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos entes políticos devem ser organizados de forma a manter o equilíbrio financeiro e atuarial, mediante a realização de avaliações, balanços e auditorias.</p> <p>(D) As contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes ressalvadas despesas administrativas.</p> <p>(E) A cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, vedado o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios.</p>
<p>98. Podem ser dependentes dos segurados, nos termos do Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco, EXCETO,</p> <p>(A) filhos menores de 21 anos e filhos, de qualquer idade, definitiva ou temporariamente inválidos, mas desde que tenha a invalidez se caracterizado antes do falecimento do segurado e antes do inválido completar 21 anos, além de, cumulativamente, serem solteiros, não emancipados e que não exerçam atividade remunerada.</p> <p>(B) equiparados a filhos, os enteados do segurado que estiverem com ele residindo e os menores que, por determinação estiverem sob tutela do segurado, e, cumulativamente, estiverem vivendo sob a dependência econômica e sustento alimentar do segurado, não forem credores de alimentos nem estejam recebendo benefícios previdenciários de qualquer sistema de seguridade social público ou privado, e não tenham renda superior ao valor correspondente a duas vezes a menor remuneração paga pelo Estado de Pernambuco aos seus servidores.</p> <p>(C) cônjuge ou companheiro na constância, respectivamente, do casamento ou união estável e equiparados a estes, o cônjuge separado judicialmente ou de fato e o divorciado, bem como o ex-companheiro de união estável aos quais tenha sido assegurada pensão alimentícia por decisão judicial.</p> <p>(D) como inscritos, na ausência de filhos, cônjuge ou companheiro, ou equiparados, os irmãos, solteiros, não emancipados, que estiverem sob a dependência econômica e sustento alimentar do segurado, e, cumulativamente, forem menores de 18 anos ou independentemente da idade, se forem definitivamente ou temporariamente inválidos, não exercerem atividade remunerada, não forem credores de alimentos, não receberem benefícios previdenciários de qualquer sistema de seguridade social público ou privado.</p> <p>(E) como inscritos, os pais que estiverem sob a sua dependência econômica e sustento alimentar, em concorrência com os filhos, cônjuges e companheiros, e desde que a renda bruta do casal não seja superior a duas vezes o valor da menor remuneração paga pelo Estado de Pernambuco aos seus servidores.</p>	<p>100. Quanto ao benefício da aposentadoria dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Constituição Federal prescreve que</p> <p>(A) a aposentadoria por invalidez permanente corresponde ao valor dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, inclusive se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.</p> <p>(B) é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de um mesmo regime próprio de previdência, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição.</p> <p>(C) a aposentadoria voluntária pode dar-se com proventos integrais ou proporcionais, de acordo com o tempo de contribuição, independentemente do tempo de exercício no serviço público.</p> <p>(D) os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação aos períodos da regra geral de aposentadoria integral voluntária, para todos os professores, independentemente das funções de magistério que tenham exercido.</p> <p>(E) o servidor que completar 70 anos de idade pode ser aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.</p>